



## **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

### **STRATEGIES FOR FACING THE EFFECTS OF PANDEMIC ON FAMILY AGRICULTURE**

**Raquel Breitenbach**

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil

[raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br](mailto:raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-9431-3766>

---

#### **Resumo**

O contexto de Pandemia causado pelo COVID-19 demandou adaptação dos setores de indústria, comércio e serviços. Como consequência da diminuição das atividades sociais e econômicas, a partir do isolamento social, também surgiu a dificuldade de escoamento de alimentos pela agricultura familiar e aumento da vulnerabilidade social. O presente artigo objetiva discutir os efeitos da Pandemia para a agricultura e a segurança alimentar, além de identificar e descrever estratégias e ações direcionadas à minimizar impactos da Pandemia para a agricultura familiar. Uma pesquisa bibliográfica sistemática foi realizada em dados secundários, mídia digitais e sociais, sites oficiais do governo, de entidades representativas do setor e de organizações de assistência técnica e extensão rural. Como resultados, foram identificadas algumas estratégias de enfrentamento das consequências da Pandemia, classificadas em duas categorias: a) ações governamentais e políticas públicas emergenciais; b) ações da sociedade civil (agricultores e suas organizações representativas e demais atores da sociedade). Conclui-se que distintos setores estão envolvidos, de forma reativa ou proativa, seja do ponto de vista estratégico ou humanitário, para que as consequências sociais e econômicas da Pandemia na agricultura familiar sejam minimizadas.

**Palavras-chave:** Comercialização de alimentos. Consumo. Abastecimento. Covid-19.

**Abstract**

*The Pandemic context caused by Covid-19 demanded adaptation of the sectors of industry, commerce and services. As a consequence of the decrease in social and economic activities due to social isolation, there was a difficulty in disposing of food through family farming and an increase in social vulnerability. This article aims to discuss the effects of the Pandemic on agriculture and food security, in addition to identifying and describing strategies and actions aimed at minimizing the impacts of the Pandemic on family farming.. A systematic bibliographic search was carried out on secondary data, digital and social media, official government websites, entities representing the sector and technical assistance and rural extension organizations. As a result, several strategies for dealing with the consequences of the Pandemic were identified, classified into two categories: a) government actions and emergency public policies; b) civil society actions (farmers and their representative organizations and other actors in society). It is concluded that different sectors are involved, reactively or proactively, either from a strategic or humanitarian point of view, so that the social and economic consequences of Pandemic in family farming are minimized.*

**Keywords:** *Food marketing. Consumption. Supply. Covid-19.*

**1 Introdução**

Quando da escrita desse artigo enfrentamos um cenário de pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) em distintas nações do mundo, com centenas de milhares de contaminados e de mortos. Seguindo as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde), o Brasil adotou medidas de isolamento social para minimizar o contágio e evitar ou reduzir a sobrecarga e o possível colapso na saúde pública.

Consequência dessa medida de isolamento social, ocorrem impactos sociais e econômicos negativos, de modo especial para famílias em vulnerabilidade social. O isolamento social vem acompanhado de limitações nas operações de comércio e distribuição de alimentos, impossibilitando o funcionamento de diversos estabelecimentos como feiras livres, restaurantes, bares, shoppings, hotéis, vendas de beira de estrada, etc. Este contexto tem gerado problemas para dois importantes elos fragilizados das cadeias produtivas de alimentos: agricultores familiares e consumidores de baixa renda.

Para os agricultores familiares que comercializam seus alimentos nas feiras livres ou os entregavam para restaurantes, bares, shoppings, hotéis, etc. as possibilidades de escoamento da produção foram reduzidas. Problema agravado pelas dificuldades deste setor se inserir em

cadeias agroalimentares tradicionais. Neste caso, a renda destas famílias também está sendo comprometida e alimentos se acumulam ou estragam nas unidades de produção agropecuárias.

Para o consumidor, reduziram-se as possibilidades e locais de aquisição de alimentos, os preços dos alimentos se elevaram e os vínculos construídos entre consumidores e agricultores familiares sofreram distanciamentos, em alguns casos, e aproximação, em outros. Ou seja, em decorrência do contexto causado pelo Covid-19, ocorreu interrupção de cadeias produtivas de alimentos, gerando gargalos para o escoamento da produção e manutenção da remuneração dos produtores, além da possibilidade de desabastecimento de bens de primeira necessidade.

Como o isolamento social e o fechamento do comércio foram medidas de urgência, não foi possível, para muitos agricultores, se adequarem rapidamente a esse novo cenário de mercado. Tais limitações podem agravar o cenário de insegurança alimentar e pobreza, os quais são mais expressivos no campo do que na cidade (IBGE, 2010; IBGE, 2014). Ainda, como impactos sócio culturais e econômicos decorrentes da pandemia, se teme uma crise no abastecimento e escoamento de alimentos.

Em síntese, a agricultura familiar produtora de alimentos e que comercializa em cadeias curtas é um setor cuja estrutura produtiva se assenta na oferta presencial de produtos. O isolamento social e demais medidas de enfrentamento da Pandemia fazem com que este setor enfrente dificuldades de reprodução. Em contrapartida, ações diversas estão sendo necessárias e propostas como estratégia de enfrentamento das consequências negativas da Pandemia.

Neste contexto, para captar as questões em torno da resiliência do sistema alimentar e da agricultura familiar é imperativo a análise das diferentes respostas adotadas pelos distintos atores, incluindo sociedade civil e os formuladores de políticas. A aptidão final de se recuperar do choque causado pela pandemia não depende só da intensidade ou gravidade inicial deste, mas também, das respostas que os atores -de forma individual ou como comunidades ou sociedade - para aliviar ou paralisar o efeito inicial desse choque (Bené, 2020). Por isto, o presente artigo objetivou discutir os efeitos da Pandemia para a agricultura e a segurança alimentar, bem como identificar e descrever as principais estratégias e ações direcionadas para minimizar impactos sociais e econômicos da Pandemia para a agricultura familiar.

## **2 Metodologia**

Esse artigo é originado de um ensaio teórico, tendo a revisão bibliográfica como base de coleta de dados e informações. Na classificação de Richardson *et al.* (1999) essa é uma pesquisa qualitativa e exploratória. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que considerou como fonte artigos científicos, publicações de notícias e boletins em sites oficiais

de organizações governamentais e da sociedade civil. As palavras-chave e combinações utilizadas para a busca foram: “agricultura familiar” + “Covid”; “agricultura familiar” + “pandemia”; “agricultura” + “Covid”; “agricultura” + “pandemia”; “agricultura” + “alimentação”. A pesquisa foi realizada durante a Pandemia e considerou publicações disponíveis até Agosto de 2020.

A busca compreendeu os idiomas português, inglês e espanhol e foi realizada nas seguintes plataformas e portais: Google, Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Science.gov e ScienceResearch.com.

A pesquisa bibliográfica realizada adotou a metodologia de Salvador (1986), a qual prevê um conjunto sistemático de processos vinculados ao objeto de estudo. As fases da pesquisa compreenderam: 1. Leitura de reconhecimento - Leitura rápida para localizar e selecionar o material com informações referentes ao tema; 2. Leitura exploratória - Leitura rápida para verificar se as informações ou dados selecionados eram importantes para o estudo; 3. Leitura seletiva – Foi definido o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa; 4. Leitura reflexiva ou crítica – Se estudou criticamente o material, ordenando e resumizando as informações; 5. Leitura interpretativa – Se catalogou ideias confrontando com o problema de pesquisa, interpretando as ideias do autor, inter-relacionando com o propósito do pesquisador.

### **3 Agricultura familiar e cadeias curtas**

A expressão agricultura familiar <sup>1</sup>ganhou espaço no Brasil a partir da metade da década de 1990. Em 1996 o setor foi legitimado no cenário social e político do Brasil com a criação do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Schneider, 2006).

No Brasil os estabelecimentos da agricultura familiar passaram de 84% em 2006 para 76,8% em 2016 (IBGE, 2017). Estes têm em média 18,3 hectares (IBGE, 2006). A baixa disponibilidade de área pode ser limitante nas condições de vida no campo e a migração do rural para o urbano é um fenômeno social persistente (Buainain & Pires, 2003).

---

<sup>1</sup> A agricultura familiar é aquela que preserva a natureza familiar das atividades agrícolas, assentadas nas relações de parentesco e de herança entre os indivíduos, ocasionando mais rapidez nas decisões e ações (Schneider, 2006). Para fins de política agrícola e ações do Estado, a agricultura familiar é definida pelo Art. 3º da Lei n° 11326, de 24 de julho de 2006. A Lei define agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que: tenha, a qualquer título, área inferior a 4 (quatro) módulos fiscais; utilize de forma predominante mão-de-obra familiar nas atividades econômicas da propriedade; a renda familiar deve ser predominantemente originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; a propriedade rural deve ser dirigida com a família (BRASIL, 2006). Os módulos fiscais variam de cinco a 110 hectares, de acordo com a localização.

O modelo econômico baseado na agricultura familiar é responsável pela sobrevivência de milhares de famílias em todas as regiões do país. A Organização das Nações Unidas - ONU (2018) alerta para a necessidade de considerar a importância comercial da agricultura familiar já que ela participa com 80% de toda a produção mundial de alimentos. Ainda, no mundo todo, aproximadamente 500 milhões de produtores rurais estão nesse sistema, o que corresponde a 90% de todas as propriedades agrícolas mundiais (ONU, 2018).

Mundialmente, das 570 milhões de propriedades agrícolas, mais de 90% dependem principalmente da mão de obra familiar. Esses agricultores familiares são fundamentais para a produção de alimentos e garantia de abastecimento alimentar (ONU, 2018). No Brasil o setor representa 76,8% (3.897.408) dos estabelecimentos agropecuários, contribui com 23% do valor da produção e utiliza 23% da área total. O setor tem importante contribuição social e econômica, emprega 10,1 milhões de pessoas, sendo 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários, bem como é essencial na produção de alimentos (IBGE, 2017).

Apesar de sua importância, a agricultura familiar está entre os grupos mais vulneráveis à pobreza e à fome no campo, bem como sofre pressões econômicas de mercado que abalam a reprodução (ONU, 2018). Uma das pressões sofridas diz respeito aos mercados oligopolizados, coordenados e comandados por impérios alimentares (Ploeg, 2008). Estes têm poder de mercado nacional e internacional e priorizam a grande escala produtiva. Com isso, pressionam os agricultores familiares a se adequarem às suas exigências de escala e tecnologia para fazer parte de longas cadeias produtivas.

As cadeias de abastecimento alimentar curtas e os agricultores familiares locais, que não conseguiram fazer parte das cadeias produtivas globais por diversos motivos (por exemplo, baixa capacidade de produção, preços não competitivos, etc.), foram afetados negativamente pela expansão do mercado e pela globalização (Cappelli; Cini, 2020).

Considerado esse cenário hegemônico na comercialização de alimentos do Brasil, parcela dos agricultores familiares buscam canais alternativos de comercialização, priorizando as vendas diretas ao consumidor e as cadeias curtas de comercialização, utilizando as feiras livres como principal estratégias de inserção no mercado. As vendas diretas ao consumidor, à exemplo das feiras livres, são fundamentais para a reprodução destas famílias de agricultores, frequentemente em vulnerabilidade social (Ploeg, 2008).

É neste contexto que se insere o conceito de cadeias curtas ou circuitos curtos de comercialização de alimentos, os quais aproximam produtores e consumidores de alimentos (Matte et al., 2016). Ao se inserir nos circuitos curtos, os agricultores familiares comercializam principalmente alimentos produzidos nas hortas da família ou a partir da agroindustrialização

(Gazolla, 2004; Grisa, Gazolla & Schneider, 2010). O termo “curto” se relaciona com a proximidade entre produção e consumo, funcionando como alternativa às cadeias hegemônicas na produção, distribuição e consumo de alimentos (Marsden, 2004).

Com as cadeias curtas o consumidor reafirma a confiança no alimento tradicional, conectando alimentação ao local que foi produzido e aos valores e saberes do agricultor. Desta forma, associa o alimento ao conhecimento, experiências e imaginário de quem produziu (Renting; Marsden & Banks, 2003; Marsden, 2004). Nas cadeias curtas, os valores e significados coordenam as relações entre consumidor e produtor, remodelando os padrões de qualidade definidos pelo hegemônico sistema agroalimentar (Marsden, 2004).

As vendas diretas da agricultura familiar vêm crescendo, parcialmente justificado pela revalorização do rural pelo urbano. Ao eliminar intermediários, permite preços mais acessíveis ao consumidor e mais renda ao produtor (Pozzebon et al., 2017). Os consumidores com menor disponibilidade orçamentária, ao terem acesso aos canais curtos de abastecimento, alicerçados na agricultura familiar, têm disponíveis produtos com preços menores, contribuindo para diminuição de despesas familiares (Pozzebon et al., 2017; Ferrari, 2011).

Por outro lado, com as medidas de combate ao Covid-19 no Brasil, muitas cadeias curtas de comercialização de alimentos suspenderam suas atividades, dificultando o escoamento da produção. No entanto, a continuidade da categoria agricultura familiar está condicionada à viabilidade de reprodução social, econômica, cultural e simbólica (Schneider, 2006), aspectos afetados nesse momento de crise.

Os impactos do COVID-19 na agricultura são menores se comparado com as pequenas e médias empresas urbanas. Ainda assim, os prejuízos na produção, vendas, preços, receitas e alimentação dos agricultores são sentidos largamente (Reardon, Bellemare, Zilberman, 2020).

Tais efeitos ocorrem de forma desigual entre países (Reardon, Bellemare, Zilberman, 2020; Harris et al., 2020; Siche, 2020) e entre propriedades menores e maiores (com mais prejuízos nos países em desenvolvimento e propriedades menores), demandando diferentes tipos de apoio. Embora as propriedades familiares tenham adotado estratégias de enfrentamento para manter as vendas dos produtos, tiveram redução nas receitas. Por outro lado, a possibilidade de consumir os próprios produtos como subsistência mantém as dietas quando outras vias de acesso aos alimentos fracassam (Harris et al., 2020; Zhang et al., 2020).

Alguns exemplos de prejuízos da Pandemia na agricultura familiar estão no setor pesqueiro e caprino de pequena escala em que a precariedade já existente ficou mais evidente. A diminuição na demanda impactou na viabilidade econômica das atividades e na segurança alimentar dos agricultores (Reis & Quinto, 2020; Lucena, 2020; Reis & Quinto, 2020).

### 3.1 Contexto de pandemia e a importância das cadeias curtas

A pandemia ressaltou que as relações econômicas, institucionais e sociais que existem entre os diferentes atores dentro dos sistemas alimentares os tornam dependentes uns dos outros. Ficou evidente a complexidade, instabilidade e os potenciais efeitos em cascata que podem atingir todo o sistema alimentar uma vez que um componente seja afetado (Bené, 2020).

Por outro lado, o contexto de pandemia traz a oportunidade de reduzir, a longo prazo, estilos de vida baseados em grandes volumes de energia e materiais (Altieri; Nicholls, 2020; Aldaco et al., 2020). Após o surto do Coronavírus espera-se que a população adote ações para uma transição de consumo sustentável (Aldaco et al., 2020). Isso implica em mudança de comportamento no consumo de alimentos. Comer é um ato ecológico e político. Quando os consumidores apoiam os agricultores locais, em detrimento da cadeia alimentar corporativa, por exemplo, eles criam sustentabilidade e resiliência socioecológica (Altieri; Nicholls, 2020).

A pandemia exacerbou as fraquezas e tensões existentes nas cadeias de abastecimento de alimentos complexas, interconectadas e globais e apontou a necessidade de manter e melhorar a resiliência da cadeia de suprimentos alimentares (Petetin, 2020; Altieri; Nicholls, 2020). O modelo *just-in-time* das cadeias de suprimentos é adequado em circunstâncias normais, mas é vulnerável à interrupções de curto prazo causadas por choques exógenos de oferta e demanda, como ocorre na pandemia (Hobbs, 2020).

Torna-se imperativo para aumentar a resiliência da cadeia de suprimentos de alimentos: a) gerenciamento de estoque estratégico e estratégias de aquisição flexíveis; b) manter relacionamentos robustos e confiáveis na cadeia de suprimentos; c) priorizar relacionamentos colaborativos entre comprador e vendedor, com confiança entre os parceiros da cadeia de suprimentos e flexibilidade para responder às mudanças inesperadas na demanda ou interrupções de fornecimento imprevistas; d) planos de contingência para lidar com a escassez de mão de obra ou interrupções nas redes de transporte e abastecimento (Hobbs, 2020); reduzir o desperdício de alimentos e fortalecer a produção local de alimentos (Lal, 2020).

Neste cenário em que ocorrem problemas de segurança alimentar, se fortalece a importância da agricultura familiar, da produção local e das cadeias curtas de abastecimento (Cappelli; Cini, 2020). Os agricultores familiares e cadeias curtas são menos atingidas pelas restrições internacionais e, por estarem vinculados ao território, estão mais próximas dos consumidores. Investir na melhoria de cadeias curtas de abastecimento alimentar e na produção local pode preservar o acesso aos alimentos (Cappelli; Cini, 2020; Altieri; Nicholls, 2020).

Portanto, destacam-se oportunidades para transformar as cadeias de abastecimento de alimentos e construir sistemas agroalimentares resilientes, sustentáveis e democráticos. Pós-pandemia, a democracia alimentar aponta para governança alimentar multinível, ênfase na produção local e incentivo ao consumo de produtos sazonais e saudáveis. Ao investir em cadeias curtas, também se estimula o emprego de agricultores familiares e melhores relações entre produtores e consumidores, contribuindo para manutenção da segurança e da diversidade dos alimentos (Petetin, 2020; Heck et al., 2020; Ribeiro-Silva et al., 2020).

Este contexto faz com que se questionem as medidas de crédito e financiamento brasileiras que se destinam prioritariamente (mais de 70%) à agricultura patronal, que foca na produção de *commodities*. Em contra partida, é emergencial direcionar a atenção para a agricultura familiar. O setor é melhor distribuído geograficamente, com produção diversificada de alimentos, ocupa a maioria dos trabalhadores rurais e adota práticas produtivas mais sustentáveis, podendo contribuir melhor para a segurança alimentar (Oliveira et al., 2020).

#### **4 Pandemia, segurança alimentar e ações de enfrentamento**

Como destacado, a cadeia de abastecimento alimentar e a indústria de alimentos estão sendo afetadas pela pandemia COVID-19 (Rizou et al., 2020). Os mercados agrícolas e de alimentos estão enfrentando interrupções pela escassez de mão de obra devido às restrições nos movimentos de pessoas; mudanças na demanda de alimentos resultantes do fechamento de restaurantes e escolas; estabelecimentos comerciais de refeições fechados; supermercados criaram ou ampliaram regras que limitam o livre acesso e aquisição de produtos, buscando evitar o desabastecimento; bem como perdas de renda (Laborde; Martin; Swinnen; Vos, 2020; Siche, 2020; Oliveira et al., 2020; Devereux; Béné; Hoddinott, 2020).

Com isso, a pandemia está afetando os quatro pilares da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, ingestão suficiente de nutrientes e estabilidade (Laborde; Martin; Swinnen; Vos, 2020). A ameaça à segurança alimentar não é resultante do vírus em si (infecção, doença ou morte), mas decorrência da redução de renda e poder de compra a partir do bloqueio e fechamento de empresas, determinados pelos governos (Bené, 2020).

No Brasil o sistema de abastecimento alimentar não sofre desabastecimento generalizado de produtos. Porém, a assimetria entre os rendimentos da população e os preços praticados robustece a insegurança alimentar (Silva Filho; Gomes Junior, 2020). Esse problema não é exclusivo do Brasil. É o que mostram estudos na África do Sul (Arndt et al., 2020), Europa (Aldaco et al., 2020; Akter, 2020; Niles et al., 2020), Canadá (Deaton; Deaton, 2020), Estados Unidos da América (EUA) (Wolfson; Leung, 2020).

As medidas de distanciamento fizeram com que famílias com baixos níveis educacionais e alta dependência da renda do trabalho enfrentassem redução na renda com risco para sua segurança alimentar. Isto afetou desproporcionalmente as famílias de baixa renda e com insegurança alimentar e ampliou as desigualdades sociais, raciais e de gênero já existentes (Arndt et al., 2020; Aldaco et al., 2020; Deaton; Deaton, 2020; Wolfson; Leung, 2020; Niles et al., 2020; Akter, 2020; Devereux; Béné; Hoddinott, 2020; Alpino, 2020).

Por isso, estratégias políticas, sociais e econômicas necessitam ser construídas para garantir a renda mínima, inicialmente para as populações mais vulnerável e, posteriormente, para a população que está sem renda temporariamente (Arrais et al., 2020). Ações no sentido de manter a entrada de renda ou amenizar redução da renda em circulação geram efeitos sistêmicos. A transferência direta e indireta de renda tem efeito imediato no consumo de alimentos, produtos de higiene, limpeza e medicamentos (Arrais, et al., 2020).

Os governos precisam desenvolver políticas para responder a esses impactos (Reardon, Bellemare, Zilberman, 2020). O momento exige compreensão dos problemas e medidas governamentais nas esferas federal, municipal e estadual, para garantir acesso à alimentação adequada e saudável, reduzindo impactos negativos da pandemia na alimentação, saúde e nutrição dos mais vulneráveis (Ribeiro-Silva et al., 2020; Devereux; Béné; Hoddinott, 2020; Oliveira et al., 2020).

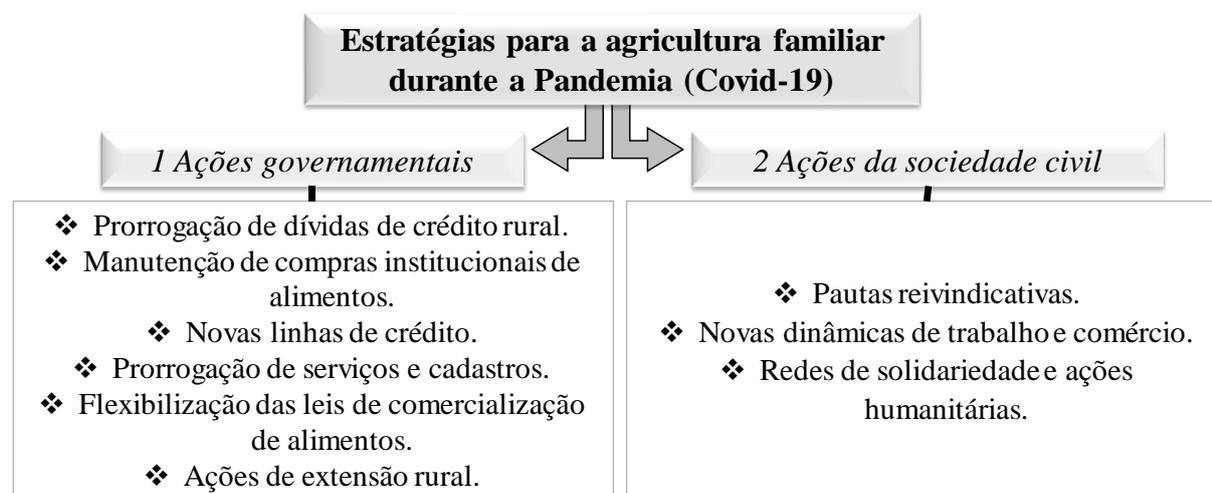
Por outro lado, do ponto de vista econômico, social e político, o Covid encontrou um ambiente favorável para sua propagação no Brasil, com o poder público tomando decisões desarticuladas (Oliveira et al., 2020). Ainda, a “divisão de classes” existente no país faz com que a população tenha um *trade-off* entre permanecer em isolamento social e manter a renda (Arrais et al., 2020).

## **5 Iniciativas e estratégias para a agricultura familiar em meio ao Covid-19**

Essa seção apresenta e cataloga os resultados do levantamento realizado em dados secundários e da pesquisa bibliográfica. São apresentadas e discutidas as principais estratégias de enfrentamento das consequências da Pandemia, orientadas para a agricultura familiar. A partir dos dados sistematizados, as estratégias foram catalogadas em dois tipos: 1) Ações governamentais e políticas públicas emergenciais; 2) Ações da sociedade civil, agricultores, suas organizações representativas e demais atores da sociedade.

Cada tipo tem uma relação de estratégias associadas, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Algumas estratégias são pontuais e com ações específicas, enquanto outras são gerais e reúnem uma diversidade de ações. As estratégias apresentadas na Figura 1 são descritas e

discutidas na sequência. Ressalta-se que o objetivo não foi esgotar a diversidade de estratégias, mas apresentar aquelas que mais se destacaram durante a pesquisa.



**Figura 1-** Estratégias de enfrentamento das consequências da Pandemia para a agricultura familiar brasileira.

### 5.1 Ações governamentais e políticas públicas emergenciais

Os efeitos da pandemia ressaltam o valor das políticas públicas, especialmente por ser um evento de baixa probabilidade, mas com impacto elevado (Arndt et al., 2020; Aldaco et al., 2020). Os governos federal, estaduais e municipais tiveram demandas urgentes a serem solucionadas com o contexto de Pandemia no Brasil, passando a definir ações emergenciais de enfrentamento dos problemas e contemplando a agricultura familiar.

Uma das principais ações é a Renda Básica Emergencial (RBE), estabelecida pelo governo federal para minimizar impactos sociais e econômicos da Pandemia. Porém, estas ações estão aquém das dificuldades enfrentadas pela população brasileira mais vulnerável, não garantindo as necessidades básicas de moradia, higiene e alimentação. Ainda, a forma como está sendo operacionalizado exclui parte da população, como é o caso da agricultura familiar (Silva Filho; Gomes Junior, 220; Alpino, 2020). Embora a agricultura familiar tenha sido pouco considerada quando do desenvolvimento da RBE, outras ações e estratégias do Estado foram identificadas. A seguir são apresentadas as principais.

a) *Prorrogação de dívidas de crédito rural:* O Ministério da Economia aprovou em 09/04/2020 a possibilidade de prorrogação de dívidas referentes a financiamentos, tanto de custeio quanto investimento, para todos os produtores rurais brasileiros. A prorrogação será até o dia 15 de agosto, mantendo as mesmas taxas de juros (MAPA, 2020b). Ainda, o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prorrogou por até 60 dias os prazos referentes a pagamentos do Crédito Instalação, da concessão do título da terra e demais taxas administrativas. A medida inclui parcelas com vencimento a partir de 4 de fevereiro de 2020.

b) *Manutenção e ampliação de compras institucionais de alimentos*: Ainda no mês de abril de 2020, no dia 27, o Ministério da Agricultura, com a Medida Provisória 957/2020 disponibilizou recurso adicional de R\$ 500 milhões para ser empregado na aquisição de produtos da agricultura familiar. A partir de Medida Provisória, transfere os recursos do Ministério da Cidadania para serem usados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tais recursos auxiliarão de modo especial os setores de hortifrúti, leite, flores e pequenas cooperativas. A estimativa do governo é que cerca de 85 mil famílias de agricultores familiares, 12,5 mil entidades e 11 mil famílias em vulnerabilidade social sejam beneficiadas. A MP estabelece que R\$ 220 milhões serão gerenciados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para as cooperativas de agricultores familiares, R\$ 150 milhões destinados para governos estaduais e prefeituras e R\$ 130 milhões para a modalidade PAA Leite (CNA, 2020a).

Outra ação ocorreu ainda no início do isolamento social, quando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) emitiu um comunicado orientando que escolas e municípios continuassem as entregas dos alimentos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA. Complementar a isso, entrou em vigor em 07/04/2020 a Lei nº 13.987 que autoriza a continuidade da distribuição dos alimentos destinados a merenda escolar que pertencem ao PNAE. Já no dia 09/04/2020 foi emitida uma Resolução com regras sobre o cumprimento do PNAE durante o período de estado de calamidade pública. Segundo o regulamento, os alimentos do PNAE devem ser destinados para as famílias dos alunos enquanto as aulas estiverem suspensas. Ao mesmo tempo que permite a entrega de alimentos para famílias que podem estar em vulnerabilidade social, também garante a compra dos alimentos e escoamento da produção da agricultura familiar que faz parte do PNAE (MAPA, 2020a).

O fortalecimento do PAA e a continuidade da operacionalização do PNAE são medidas que poderiam ser rapidamente ativadas. Estas, somado a políticas de proteção social extraordinárias, como a distribuição de alimentos da agricultura familiar, são fundamentais para abrandar a fome de diferentes grupos vulneráveis no Brasil (Ribeiro-Silva et al., 2020). Em contrapartida, a aprovação tardia e com pouca disponibilidade de verbas da Medida Provisória nº 957 (BRASIL, 2020), adiou a execução da compra de alimentos da agricultura familiar por meio do PAA. Isto compromete ou atrasa a garantia da venda de agricultores e a segurança alimentar e nutricional de beneficiários (Silva Filho; Gomes Junior, 220).

c) *Novas linhas de crédito para pequenos e médios produtores, cooperativas e cerealistas*: Novas linhas de crédito foram aprovadas pelo governo em 09/04/2020 para propriedades de pequeno e médio porte, com prazo de pagamento de até 3 anos. Para agricultores familiares enquadrados no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi disponibilizado financiamento de até R\$ 20 mil, com taxas de juros de 4,6%. Já para médios produtores enquadrados no Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) os juros são de 6% ao ano com limite de R\$ 40 mil. Tais recursos são destinados especialmente para produtores de flores, hortifrúti, leite, aquicultura e pesca e visam auxiliar em pequenas despesas essenciais para a estrutura produtiva na propriedade, bem como custear as atividades e manutenção da família (MAPA, 2020b).

Na mesma data o governo autorizou recursos do crédito rural para cooperativas, agroindústrias e cerealistas, a serem destinados para estocagem e comercialização. O teto de recursos é de R\$ 65 milhões por beneficiário, sendo juros de 6% ao ano para as cooperativas de agricultores familiares, e 8% ao ano para as demais empresas. Também estabelece um prazo de 240 dias para pagamento e contratação até 30/07/2020 (MAPA, 2020b).

d) *Prorrogação de serviços e cadastros*: A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento essencial para que os agricultores familiares acessem às políticas públicas de incentivo e geração de renda destinadas à categoria. Desta forma, e considerado o isolamento social que reduziu diversos serviços e circulação de pessoas, o Governo determinou a prorrogação do cadastro de agricultores familiares por um período de 6 meses. Essa medida partiu do Ministério da Agricultura no dia 25/04/2020 e inclui as DAPs com vencimento entre os dias 25 de março e 31 de dezembro de 2020.

e) *Flexibilização das legislações de comercialização de alimentos*: Considerando as limitações no escoamento da produção, suspensão de pontos de comercialização, e a possibilidade de ocorrer desabastecimento alimentar em regiões e produtos específicos, nomeadamente no Rio Grande do Sul a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) flexibilizou algumas regras. Com isso, a Portaria SEAPDR nº 93/2020 passou a permitir que as agroindústrias familiares, até então com permissão de venda só municipal, possam comercializar em todo Estado. Para tanto, devem estar registradas nos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) (SEAPDR, 2020b). Essa medida tem validade enquanto vigora o decreto estadual de calamidade pública relacionado a Pandemia (SEAPDR, 2020b).

f) *Ações de extensão*: Distintas ações de extensão rural estão sendo vivenciadas em todas as regiões do país. Como exemplo, destaca-se uma medida específica no estado do Rio Grande do Sul, com elaboração de uma plataforma de comercialização para a agricultura

familiar, nomeado como Feira Virtual da Agricultura Familiar (Fevaf), desenvolvido pelas gerências técnica e de tecnologia da informação da Emater-Rs/Ascar em parceria com a Secretária Estadual de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. O principal objetivo é aproximar agricultores de consumidores de alimentos, ofertando uma alternativa para o agricultor comercializar sua produção durante a Pandemia (SEAPDR, 2020a).

Outras ações de extensão envolvendo universidades e institutos, federais e estaduais, estão mobilizando a comunidade acadêmica para desenvolver e oferecer as mais distintas soluções para problemas específicos e consequentes da Pandemia. Estas iniciativas vêm ocorrendo em todos os estados brasileiros, resultando em ações de enfrentamento à pandemia e de minimização de seus efeitos na sociedade (Silva, 2020). Tais ações são fomentadas por editais específicos ou por iniciativa própria. Em alguns casos são destinados recursos para projetos que apresentem soluções, à exemplo do IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul) que lançou pelo menos dois editais de fomento a estas iniciativas. Essas ações incluem desde ajudas operacionais, até desenvolvimento de soluções tecnológicas, na área da saúde, abastecimento de bens de necessidade básica, etc.

Este contexto mostra o fortalecimento da relação ensino-pesquisa-extensão e universidade-sociedade a partir de atuações tais como: a) auxílio a agricultura familiar e consumidores na organização do processo de compra e venda de alimentos; b) educação alimentar; c) incentivo à produção agroecológica; d) incentivo à formação de associações e cooperativas; e) distribuição de alimentos; f) assessoria para fortalecer pequenos negócios; g) composição e fortalecimento de cadeias curtas de comercialização (Silva, 2020).

Demais organizações públicas também vêm incentivando ideias de enfrentamento da Pandemia e suas consequências. Como exemplo, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lançou desafios e premiação em edital específico para soluções apresentadas visando contribuir com a criação de políticas públicas e fomento de inovações viáveis (Enap, 2020).

## **5.2 Ações dos agricultores, organizações representativas e demais atores da sociedade civil**

Dentre as ações de combate às consequências da Pandemia na agricultura familiar, muitas partem dos próprios agricultores, de organizações representativas ou da sociedade civil. Estes atores também são protagonistas de estratégias para manter seus negócios no mercado e garantir o escoamento da produção. Algumas das estratégias são apresentadas a seguir.

a) *Pautas reivindicativas*: As entidades representativas da agricultura familiar têm se mantido atentas para as mudanças resultantes do contexto vulnerável que vem ocorrendo e que podem limitar a reprodução social da agricultura familiar. Destaca-se o exemplo da

CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura) e da FPAP (Frente Parlamentar da Agricultura Familiar) e suas bases estaduais. Estas organizações têm encaminhado frequentemente pautas e demandas para os governos federal e estaduais.

Além disso, também fiscalizam e mantêm uma ligação estreita com as bases para que qualquer nova necessidade possa ser investigada e solucionada. Essas organizações constatarem que muitas das medidas emergenciais lançadas pelo governo não estão efetivamente sendo cumpridas, é o caso da prorrogação das dívidas e crédito emergencial (CONTAG, 2020a). Ainda, estão atentas para que seja estendida para os agricultores familiares a renda mínima emergencial conferida a trabalhadores informais lesados pela Pandemia, no valor de R\$ 600 (CONTAG, 2020c)

Somado a isso, a CONTAG está engajada numa coalizão nacional formada por diversas organizações, fóruns, redes, plataformas da sociedade civil, conselhos de direitos e instituições de pesquisa acadêmicas na tentativa de revogar a Emenda Constitucional 95-EC/95 devido ao Covid-19. Essa Emenda de 2016 estabelece teto dos gastos e é considerada por essas entidades como uma medida econômica radical que coloca em risco os direitos sociais, especialmente para as populações mais vulneráveis. (CONTAG, 2020b).

b) *Novas dinâmicas de trabalho e comércio:* Outras ações que partem dos agricultores e suas representações é a redefinição da dinâmica de trabalho. Atenção especial é dada aos cuidados na prevenção de transmissão do vírus, redução de jornada de trabalho, priorizar atendimentos, reuniões e serviços à distância e online. Para manter a saúde, os agricultores têm seguido as recomendações de isolamento social e evitado contato com técnicos, compradores, vendedores e demais agentes das cadeias produtivas.

Complementar a isso, vêm sendo registradas diversidade de estratégias que visam manter a comercialização de alimentos e escoar a produção da agricultura familiar. Se destacam as iniciativas para conectar produtor de alimentos ao consumidor, especialmente para aqueles agricultores que comercializavam a produção *face to face*, à exemplo das feiras. Como a população tem priorizado refeições em casa durante o isolamento, dedicando mais tempo ao preparo de seu alimento. Ao mesmo tempo, várias organizações de produtores estão buscando alternativas de comercialização direta com os consumidores, usando meios digitais, orientando preparo de pratos, etc. (Lucena, 2020).

Este cenário gera oportunidades para atuação dos jovens, pelas suas habilidades no contato com pessoas em redes sociais; bem como os consumidores aumentaram a preocupação com a saúde, a segurança dos alimentos e cresceu o interesse por produtos locais, o que tende a persistir pós pandemia (Lucena, 2020). Pode ser um momento oportuno para explorar esse

apelo ao produto e economia local. Tais mudanças também vão interferir na rastreabilidade, apresentação e outros atributos de saúde e segurança para os consumidores (Lucena, 2020).

As estratégias não são exclusivas de iniciativa dos agricultores familiares e suas organizações, mas também partem da sociedade civil ou de organizações de extensão rural. Destaca-se o apelo para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, à exemplo da criação de sites, plataformas e páginas de internet que visam um canal de compras online ou por telefone e entregas pelos agricultores em sistema *delivery*. Nestes canais, criam-se feiras virtuais e os consumidores, especialmente os mais fiéis ao sistema de comercialização em feiras livres, podem continuar adquirindo os produtos que consumiam habitualmente (Feira da Gare, 2020; Orgânicos In Casa, 2020; Coopgirassol, 2020; Coomafitt, 2020).

Tais formas inovadoras de comercialização, ao apresentarem-se como uma estratégia emergencial, também expõem uma fragilidade da agricultura familiar que é a baixa inserção digital. Parte disso é resultante da baixa escolaridade da maioria dos agricultores, da infraestrutura precária no campo em termos de disponibilidade de internet em áreas mais remotas e a idade dos agricultores, que expõem maior resistência a inserção nestes mercados.

No Brasil existe um precário acesso à internet no meio rural. Embora tenha crescido em 1.900%, comparando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, cerca de 72% dos estabelecimentos agropecuários não tem acesso à internet e nenhuma infraestrutura de rede (IBGE, 2017). Fica evidente a necessidade de situar o acesso a rede como um serviço essencial. Aqueles agricultores que têm acesso à internet, é através dela que têm conseguido escoar a sua produção e garantir renda para sua unidade familiar, uma vez que esta tem sido a principal estratégia de comercialização desta categoria durante a Pandemia (Cunha, 2020).

Apesar das dificuldades, com a demanda de inserção no mundo digital, muitos agricultores estão aderindo, mesmo que forçadamente, ao mundo tecnológico e evitando o distanciamento do mercado. Nestes momentos, a internet funciona como aliada dos agricultores em resposta à crise (Souza & Beraldo, 2020).

Por fim, se ressalta que, embora a maioria das feiras livres tenham suas atividades suspensas durante a crise, algumas delas, em distintas regiões do país, estão mantendo as feiras com ajustes. Em alguns casos os dias e horários de comercialização são mantidos e ocorre adaptação do local e procedimentos de comercialização para que sejam reduzidas as chances de contaminação. Para tanto, são seguidas as orientações da OMS que demanda que o local da feira seja transferido para espaços maiores e mais arejados (Preiss, 2020).

c) *Redes de solidariedade e ações humanitárias*: A sociedade também tem participado ativamente na proposição de estratégias para minimizar os impactos da Pandemia

na agricultura familiar. É possível observar inúmeras iniciativas que formam redes de solidariedade para auxiliar comunidades da agricultura familiar em vulnerabilidade social e econômica, para escoar a produção e manter o abastecimento de alimentos saudáveis. Exemplo é a compra coletiva de alimentos da agricultura familiar para formar cestas básicas e destinar a comunidades carentes urbanas ou rurais.

Além disso, se constatações ações cada vez mais comuns como: pesquisas para a construção de respiradores, a confecção de máscaras de proteção e de álcool em gel nas universidades; campanhas de arrecadação de cestas básicas de alimentos e de itens de higienização para famílias em vulnerabilidade social; doação de alimentos agroecológicos para famílias, escolas e instituições provindos de áreas da reforma agrária; doação de marmitas, sopas e cafés da manhã para a população em situação de rua; a doação de leite, alimentos, materiais de higiene e de equipamentos de proteção individual (EPI) para hospitais; a venda de alimentos agroecológicos a preços populares; e o estímulo às cadeias curtas e aquisição de cestas de agroecológicas (Silva Filho; Gomes Junior, 220).

Essas ações humanitárias envolvem a articulação social de diferentes indivíduos, com perfis e capacidades distintas em prol de objetivos comuns, com foco na promoção do bem-estar e garantia de sobrevivência democrática. As ações voltadas à agricultura familiar e à alimentação objetivam agenciar a aquisição de alimentos de qualidade para todos os indivíduos com dificuldade de acesso por questões de saúde ou financeiras (Santos, 2020).

Algumas iniciativas têm ações propositivas e reivindicam ao poder público a criação ou reestabelecimento de políticas que mantenham direitos básicos. Com isso, evidencia-se as relações entre sociedade e estado e como as políticas públicas são formuladas (Penna, 2020).

Num cenário de amortecimento do papel do Estado, sobretudo do Poder Executivo Federal, movimentos sociais, sindicatos, universidades, partidos políticos, organizações sociais e associações enaltecem a solidariedade em defesa da vida (Silva Filho; Gomes Junior, 2020). A solidariedade e ajuda mútua são instrumentos históricas das relações sociais e se tornaram essenciais para a mitigação dos efeitos da pandemia. Mesmo que as ações não sejam suficientes para dar conta das necessidades, elas defendem o direito humano à alimentação adequada e promovem articulação entre a sociedade civil e o Estado (Silva Filho; Gomes Junior, 220).

## **6 Considerações Finais**

O presente artigo tinha o objetivo de discutir os efeitos da Pandemia para a agricultura familiar e a segurança alimentar, além de identificar e descrever algumas das estratégias e ações que vem sendo adotadas para minimizar impactos da pandemia do Covid-19 para a agricultura

familiar. A partir da pesquisa bibliográfica foi possível elencar algumas das principais estratégias no Brasil. Foi possível também, classificar as estratégias em duas categorias, sendo (a) ações governamentais e políticas públicas emergenciais e (b) ações da sociedade civil, agricultores, suas organizações representativas e demais atores da sociedade.

Concluiu-se que distintos setores estão empenhados em desenvolver e aplicar estratégias. Tais setores têm ações tanto de cunho reativo, ao minimizar ou solucionar um problema que já está se apresentando, mas também proativo, buscando evitar que novos problemas surjam. Tais estratégias permeiam o campo econômico, ao evitar ou reduzir problemas de baixa renda para os agricultores familiares, mas também contemplam ações sociais e humanitários que garantam as condições de vida e reprodução familiar.

Se constatou que a crise causada pela Pandemia acerou as fragilidades do neoliberalismo e do modelo hegemônico do sistema alimentar brasileiro para a conservação da vida e alimentação. Se questiona o alimento como mercadoria, cara, globalizada e ultraprocessada e se acena para a necessidade de um sistema alimentar que contemple a soberania e segurança alimentar e nutricional. Este deve robustecer formas tradicionais e novas de abastecimento e comercialização e incentivar a reeducação alimentar (Silva Filho; Gomes Junior, 220). Nesse quesito que se encaixa a importância da agricultura familiar

Ressalta-se ainda, que a crise do COVID-19 revelou como o mundo está despreparado para responder de forma adequada à pandemia. Os tomadores de decisão, do nível internacional ao local, estão mal preparados para o complexo *trade-off* entre saúde e economia e para gerenciar problemas de abastecimento alimentar. Como consequência, os pobres foram os que mais sofreram com isso (Bené, 2020). Ao identificar uma crise nos sistemas agroalimentares globalizados em tempos de Covid, evidencia-se a importância de fortalecer as atividades de pesquisa para fornecer soluções técnicas voltadas para melhorar as cadeias curtas de abastecimento alimentar e as produções locais (Cappelli; Cini, 2020; Altieri; Nicholls, 2020).

Apresenta-se como limitações do estudo, o fato da pandemia e isolamento social serem problemas que ainda estão ocorrendo, quando da finalização do artigo. As informações não são conclusivas e a todo momento novas estratégias e ações são lançadas. Outra limitação se relaciona a disponibilidade de dados oficiais e científicos, que ainda são escassos. Por outro lado, aponta-se como possibilidade de pesquisas futuras a identificação de um arcabouço mais amplo de estratégias e ações, com inclusão de pesquisa empírica, entrevistas e questionários com informantes-chaves. Ao passo que a problemática da pandemia vai se distanciando, no futuro ainda indefinido, também será possível avaliar quais estratégias de fato foram efetivas e ponderar criticamente as mesmas.

## Referências

- Akter, S. (2020). The impact of COVID-19 related ‘stay-at-home’ restrictions on food prices in Europe: findings from a preliminary analysis. *Food Sec.* 12, 719–725. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01082-3>
- Aldaco, R., Hoehn, D., Laso, J., Margallo, M., Ruiz-Salmón, J., Cristobal, J., ... Vazquez-Rowe, I. (2020). Food waste management during the COVID-19 outbreak: a holistic climate, economic and nutritional approach. *Science of The Total Environment*, 742, 140524. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.140524>
- Alpino, T.deM.A. et al. (2020). COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.36, n.8, e00161320. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00161320>
- Altieri, M.A. & Nicholls, C.I. (2020). Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agric Hum Values* 37, 525-526. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10043-7>
- Arndt, C., Davies, R., Gabriel, S., Harris, L., Makrelov, K., Robinson, S., ... Anderson, L. (2020). Covid-19 lockdowns, income distribution, and food security: An analysis for South Africa. *Global Food Security*, 100410. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100410>
- Arrais, T. A., Oliveira, A. R. De., Alencar, D. P., Salgado, T. R., Viana, J. L. & Miranda, A. F. (2020). Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás. *Espaço e Economia [Online]*, 18 | 2020, posto online no dia 23 abril 2020. Recuperado de <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13734>. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13734>
- Béné, C. (2020). Resilience of local food systems and links to food security – A review of some important concepts in the context of COVID-19 and other shocks. *Food Security*. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01076-1>
- Brasil. (2006). *Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2020). Medida Provisória nº 957, de 24 de abril de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$500.000.000,00, para fim que especifica. Diário Oficial da União 2020; 27 abr.
- Buainain, A. M. & Pires, D. (2003). *Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil*. 2003. Recuperado de <http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf>
- Cappelli, A., & Cini, E. (2020). Will the COVID-19 pandemic make us reconsider the relevance of short food supply chains and local productions? *Trends in Food Science & Technology*, 99, 566–567. <https://doi.org/10.1016/j.tifs.2020.03.041>

- CNA. Confederação Nacional da Agricultura. (2020a). *Governo libera R\$ 500 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos*. 27 Abr. Recuperado de <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/governo-libera-r-500-milhoes-para-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>.
- CONTAG. Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (2020c). *Informações semanais do Congresso Nacional*. 24 de abril. Recuperado de <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13954&nw=1&mt=1&in=1>
- CONTAG. Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. (2020a). *Medidas emergenciais para a agricultura familiar, anunciadas pelo governo, não estão sendo executadas*. Recuperado de <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13957&nw=1&mt=1&in=1>
- CONTAG. Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. (2020b). *27 de abril a 1 de maio de 2020: Semana de Mobilização Nacional pela Revogação da Emenda Constitucional 95*. 27 de abril. Recuperado de <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13955&nw=1&mt=1&in=1>
- Coomafit. (2020). *Fitt Delivery é real*. 28 de março. Recuperado de <https://bit.ly/FittDelivery>
- Coopgirassol. (2020). *Cesta de alimentos agroecológicos da agricultura familiar entregues pela Cooperativa Girasol*. Recuperado de <https://coopgirasol.com.br/loja/>
- Cunha, J. J. C. Da. (2020). *A internet e mídias digitais em tempos de pandemia*. Série GEPAD em Quarentena – Texto 31. 28 de abril. Recuperado de <https://www.facebook.com/estudosemagricultura>
- Deaton, B. J., & Deaton, B. J. (2020). Food security and Canada's agricultural system challenged by COVID-19. *Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue Canadienne D'agroéconomie*. <https://doi.org/10.1111/cjag.12227>
- Devereux, S., Béné, C. & Hoddinott, J. Conceptualising COVID-19's impact on family food security. *Food Sec.* **12**, 769-772 (2020). <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01085-0>
- ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. (2020). *Desafios*. Recuperado de <https://desafios.enap.gov.br/>
- Feira da Gare. (2020). *Feira do Pequeno Produtor*. Recuperado de <http://www.feiradopequenoprodutor.com.br//Institucional/Como%20Comprar>
- Ferrari, D. L. (2011). *Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49829>

- FETAG. Federação dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul. (2020). *A pedido da FETAG-RS, portaria autoriza venda das agroindústrias em todo o Estado*. Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://www.fetags.org.br/noticias.php?id=3371>
- Galanakis, C. M. (2020). The Food Systems in the Era of the Coronavirus (COVID-19) Pandemic Crisis. *Foods*, 9(4), 523. <https://doi.org/10.3390/foods9040523>
- Gazolla, M. (2004). *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Grisa, C., Gazolla, M., & Schneider, S. (2010). A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, 16(31), 65-79. Recuperado em 12 de agosto de 2020, de [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&tlng=es](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&tlng=es).
- Harris, J., Depenbusch, L., Pal, A.A. et al. (2020). Food system disruption: initial livelihood and dietary effects of COVID-19 on vegetable producers in India. *Food Sec.* **12**, 841–851. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01064-5>
- Heck, S., Campos, H., Barker, I. et al. (2020). Resilient agri-food systems for nutrition amidst COVID-19: evidence and lessons from food-based approaches to overcome micronutrient deficiency and rebuild livelihoods after crises. *Food Sec.* **12**, 823–830. <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01067-2>
- Hobbs, J. E. (2020). Food supply chains during the COVID-19 pandemic. *Canadian Journal of Agricultural Economics/Revue Canadienne D'agroeconomie*. <https://doi.org/10.1111/cjag.12237>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário 2006*. Recuperado em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf).
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010*. Recuperado em 12 abril, 2020, de [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=31](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=31)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Pesquisa nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

- Laborde, D., Martin, W., Swinnen, J. & Vos, R. (2020). COVID-19 risks to global food security. *Science*. Vol. 369, Issue 6503, pp. 500-502, 31 Jul. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.abc4765>
- Lal, R. (2020). Home gardening and urban agriculture for advancing food and nutritional security in response to the COVID-19 pandemic. *Food Sec.* **12**, 871–876 (2020). <https://doi.org/10.1007/s12571-020-01058-3>
- Lucena, C. C. de., Holanda Filho, Z. F. & Bomfim, M. A. D. (2020). *Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura*. CIM - Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos Boletim N° 10|Sobral, CE–abril, 2020. Recuperado em 04 maio de <file:///D:/Documentos/DADOS%20Raquel/Pesquisas/Submetidos/Elabora%C3%A7%C3%A3o/CovidEstrat%C3%A9gias/Refer%C3%Aancias/BoletimCIMn10.pdf>.
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2020a). *Alimentos da merenda escolar poderão ser distribuídos diretamente para famílias de alunos da rede pública*. Brasília, DF. Recuperado em 18 de março de 2020 de [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/alimentos-da-merenda-escolar-poderao-ser-distribuidos-diretamente-para-familias-de-alunos-da-rede-publica?\\_authenticator=9dc636acb70915ed7de51a84ea5645b458254398](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/alimentos-da-merenda-escolar-poderao-ser-distribuidos-diretamente-para-familias-de-alunos-da-rede-publica?_authenticator=9dc636acb70915ed7de51a84ea5645b458254398).
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2020b) *Governo anuncia medidas econômicas para ajudar produtores rurais afetados pela pandemia do Coronavírus*. Brasília, DF, Recuperado em 19 de março de 2020 de <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-anuncia-medidas-economicas-para-ajudar-produtores-rurais-afetados-pela-pandemia-do-coronavirus>.
- Marsden, T. (2004). Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: Harvey, M.; Mcmeekin, A.; Warde, A. *Qualities of food*. New York: Palgrave, p. 129-155.
- Matte, A., et al. (2016). Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de realocação no território Alto Camaquã no sul do Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 3, p. 137-158.
- Minayo, M. C. de., Deslandes, S. F., Cruz Neto, O. & Gomes, R. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Niles, M.T., Bertmann, F., Belarmino, E.H., Biehl, T.W.E.B. & Neff, R.A. (2020). The Early Food Insecurity Impacts of COVID-19. Preprint. <https://doi.org/10.1101/2020.05.09.20096412>
- Oliveira, T. C., Abranches, M. V. & Lana, R. M. (2020). (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. Espaço Temático: COVID-19 – Contribuições da Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*. vol.36 no.4 Rio de Janeiro, Epub Apr 06, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00055220>

- ONU. Organização das Nações Unidas. (2018). *FAO celebra decisões da Assembleia Geral para defender agricultura familiar e pesca artesanal*. Publicado em 04/01/2018, Atualizado em 04/01/2018. Recuperado em 20 abr. 2020 de <https://nacoesunidas.org/fao-celebra-decisoes-da-assembleia-geral-para-defender-agricultura-familiar-e-pesca-artesanal/>.
- Orgânicos In Casa. *Comercialização de alimentos*. Recuperado em 28 Abr. 2020 de <https://www.organicosincasa.com.br/>.
- Penna, C. (2020). *Ativismo e políticas públicas durante a pandemia*. Série GEPAD em Quarentena – Texto 29. 24/04/2020. Recuperado em 25 Abr. 2020 de <https://www.facebook.com/estudosemagricultura>.
- Petetin, L. (2020). A crise do COVID-19: uma oportunidade para integrar a democracia alimentar nos sistemas alimentares pós-pandemia. *European Journal of Risk Regulation*, 11 (2), 326-336. <https://doi.org/10.1017/err.2020.40>
- Ploeg, J. D. Van Der. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS.
- Pozzebon, L., Rambo, A. & Gazolla, M. (2017). As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 16, n.42, p. 405-441.
- Preiss, P. (2020). *O impacto da epidemia nas feiras e iniciativas de comercialização direta*. Sul21. 25/03/2020. Recuperado em 25 Abr. 2020 de <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/03/o-impacto-da-epidemia-nas-feiras-e-iniciativas-de-comercializacao-direta-por-potira-preiss/>
- Reardon, T., Bellemare, M.F. & Zilberman, D. (2020). How COVID-19 may disrupt food supply chains in developing countries IFPRI. Book chapters, in: COVID-19 and global food security, chapter 17, pages 78-80, International Food Policy Research Institute (IFPRI).
- Reis, J. A. & Quinto, D. *COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico*. Recuperado em 01 mai. 2020 de <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/54/64>.  
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.54>
- Renting, H., Marsden, T. & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, v. 35, p. 393-411.
- Resnick, D. (2020). COVID-19 lockdowns threaten Africa's vital informal urban food trade, IFPRI. Book chapters, in: *COVID-19 and global food security*, chapter 16, pages 73-74, International Food Policy Research Institute (IFPRI).

- Ribeiro-Silva, R.deC. et al. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, Sept. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>
- Richardson, R. J., Peres, J. A. de S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M. & Peres, M. de H. de M. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rizou, M., Galanakis, I.M., Aldawoud, T.M.S. & Galanakis, C.M. (2020). Safety of foods, food supply chain and environment within the COVID-19 pandemic. *Trends in Food Science & Technology*. Volume 102, August 2020, Pages 293-299. 15 June 2020. <https://doi.org/10.1016/j.tifs.2020.06.008>
- Robinson, L., Schulz, J., Khilnani, A., Ono, H., Cotten, S. R., McClain, N., Levine, L., Chen, W., Huang, G., Casilli, A. A., Tubaro, P., Dodel, M., Quan-Haase, A., Ruiu, M. L., Ragnedda, M., Aikat, D., & Tolentino, N. (2020). Digital inequalities in time of pandemic: COVID-19 exposure risk profiles and new forms of vulnerability. *First Monday*, 25(7). <https://doi.org/10.5210/fm.v25i7.10845>
- Salvador, Â. D. (1986). *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina.
- Santos, A. S. Dos. (2020). *Participação juvenil e ação humanitária em tempos de pandemia: Por uma alimentação saudável em casa*. Série GEPAD em Quarentena – Texto 31. 28/04/2020. Recuperado em 25 Abr. 2020 de <https://www.facebook.com/estudoseagricultura>.
- Schneider, S. (2006). Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M. & Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí.
- SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. (2020a). *Página na internet conecta agricultores e consumidores para criar oportunidades de negócios nesta época de pandemia*. Porto Alegre, RS. Recuperado em 18 de março de 2020 de <https://estado.rs.gov.br/pagina-na-internet-conecta-agricultores-e-consumidores-para-criar-oportunidades-de-negocios>.
- SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. (2020a). *Portaria da Agricultura permite a comercialização de produtos da agroindústria familiar em todo o Estado*. Porto Alegre, RS. Recuperado em 18 de março de 2020 de <https://www.agricultura.rs.gov.br/portaria-da-agricultura-permite-comercializacao-de-produtos-da-agroindustria-familiar-em-todo-o-estado>.
- Siche, R. (2020). What is the impact of COVID-19 disease on agriculture? *Scientia Agropecuaria*, Trujillo, v. 11, n. 1, p. 3-6, enero 2020. <http://dx.doi.org/10.17268/sci.agropecu.2020.01.00>.
- Silva Filho, O.J.da, Gomes Junior, N.N. (2020). O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00095220, Epub June 01, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00095220>

- Silva, W. S. (2020). *Extensão universitária e abastecimento alimentar em tempos de distanciamento social: muitas possibilidades, poucos investimentos*. Série GEPAD em Quarentena – Texto 24. 31/03/2020. Recuperado em 25 Abr. 2020 de <https://www.facebook.com/estudosemagricultura>.
- Souza, D. N. & Beraldo, K. (2020). *Abastecimento alimentar e o contexto da agricultura familiar no Tocantins em tempo de pandemia do Coronavírus*. Série GEPAD em Quarentena – Texto 8. 31/03/2020. Recuperado em 25 Abr. 2020 de <https://www.facebook.com/estudosemagricultura>.
- Wolfson, J.A., Leung, C.W. (2020). Food Insecurity e COVID-19: Disparities in Early Effects for US Adultos. *Nutrients*, 12 , 1648. <https://doi.org/10.3390/nu12061648>
- Zhang, Y. , Diao, X. , Chen, KZ , Robinson, S. & Fan, S. (2020), Impact of COVID-19 on China's macroeconomy and agro-food system - an economic multiplicier model analysis, *China Agricultural Economic Review*, Vol.12 No. 3, pp. 387-407. <https://doi.org/10.1108/CAER-04-2020-0063>